

Enquanto o governo brasileiro negocia acordos com a indústria do tabaco, o país sedia conferência mundial de saúde

A indústria do Tabaco no Brasil está orquestrando uma série de ataques para conter leis de controle do tabagismo no país, incluindo uma tentativa de emendas à Medida Provisória 540/11, que trata do Programa Brasil Maior. Em seus artigos 14 a 20, ela traz a proposta de um novo modelo tributário para os cigarros, está prestes a ser votada na Câmara Federal e constitui peça-chave das estratégias do governo federal para superar a crise econômica mundial. Enquanto isso, o país sedia a Conferência Mundial sobre Determinantes de Saúde, da Organização Mundial da Saúde. Entre outras questões, está sendo abordado o tabagismo como fator de risco das doenças crônicas não transmissíveis e a relação do tabaco com a pobreza.

O relator da MP, Dep. Renato Molling (PP/RS), irá apresentar nas próximas horas seu relatório sobre o projeto, propondo a inclusão na MP 540 de medidas não relacionadas ao tema tributário, como autorização para a criação de estabelecimentos exclusivos para fumantes, a redução da área destinada às advertências sanitárias nos maços de cigarros e a utilização de aditivos para tornar o cigarro mais saboroso e atrativo para crianças e adolescentes.

Recentemente, a imprensa publicou notícias mostrando evidências do envolvimento entre o Ministério da Saúde e a indústria do Tabaco na preparação dessas emendas. Infelizmente para a saúde dos brasileiros, essas emendas foram aceitas como ponto de partida para negociações.

As emendas são do mesmo teor das consultas públicas 112 e 117, propostas entre final de dezembro de 2010 e 31 de março de 2011, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Se aprovadas, elas restringiriam mais a propaganda de cigarros em pontos de venda (117) e proibiriam o uso de aditivos, como aromas e sabores (112).

Para impedir a aprovação das consultas públicas, a indústria do tabaco e seus grupos de frente mobilizaram os fumicultores com desinformações, fazendo-os acreditar que as regulamentações impediriam a fumicultura, e fizeram com que fossem enviados mais de 250 mil formulários de falsas contribuições à Anvisa, grande parte deles sendo evidente não terem sido escritos pelos indivíduos que os assinaram.

Além disso, a Anvisa havia proposto uma audiência pública em 6 de outubro, que foi impedida de ser realizada por meio de uma liminar da Justiça.

“Mais de 200 mil pessoas morrem por ano no Brasil de doenças Tabaco-relacionadas”, disse Vera Luiza da Costa e Silva, professora associada da Escola Nacional de Saúde Pública, da Fundação Oswaldo Cruz. “O Brasil estará diante de uma crise de saúde

pública se o governo não tomar uma providência imediata para frear a interferência da indústria do Tabaco nas questões da política de saúde do país”.

A presidente Dilma Roussef participou, em setembro, do Encontro das Nações Unidas sobre Doenças não Transmissíveis e defendeu a saúde da população de baixa renda. No Brasil, a concentração de fumantes se dá nessa faixa mais baixa de renda e de escolaridade.

O lobby da indústria do tabaco para prevenir a adoção de medidas efetivas de controle do Tabaco é grande em todo o mundo. No Uruguai, por exemplo, a Philip Morris International processa o governo em órgão de acordos comerciais, porque o país propôs advertências que cobrem 80% dos maços de cigarros. Segundo a PMI, isso “infringe seus direitos intelectuais e impedem sua competitividade no mercado uruguaio”.

Aconteceu o mesmo na Austrália, onde a PMI está ameaçando processar o governo por seu plano de introduzir as chamadas embalagens genéricas, sem as marcas específicas dos cigarros.

A Argentina é outro exemplo a interferência da indústria na América Latina. Num caso que ainda está na Suprema Corte, Nobleza Piccadro, subsidiária da British American Tobacco (BAT, que no Brasil é representada pela Souza Cruz), reclama de uma lei abrangente de controle do tabaco da província de Santa Fé. Da mesma forma, no Panamá a BAT está reclamando da proibição dos displays de propaganda nos pontos de venda, alegando que sua proibição é inconstitucional.

A Aliança de Controle do Tabaco encomendou, em abril, uma pesquisa de opinião ao Instituto Datafolha que mostra que a maioria da população é favorável às medidas de controle: 86% apoiam uma proibição total da propaganda; 78% a proibição da exposição dos maços nos pontos de venda; 75% a proibição dos aditivos nos cigarros; 76% o aumento de impostos e preços dos cigarros.

Mais informações:

Anna Monteiro

(21) 7864-3970

anna.monteiro@actbr.org.br